

QUARTO DE DESPEJO & SALA DE VISITAS: CAROLINA DE JESUS, INTÉRPRETE DO BRASIL¹

Maurício Gabriel dos Santos Nascimento (Unicamp)²

Resumo: O livro-diário “Quarto de Despejo” de Carolina de Jesus possui um valor inquestionável para os debates acerca do papel e situação das mulheres negras no Brasil e como patrimônio da literatura negra brasileira. Contudo, a obra ultrapassa o enquadramento periférico e marginal – que a crítica geralmente considera como aspectos particulares – trazendo contornos que servem para interpretar e compreender a realidade brasileira como um todo. Em seus registros a autora mostra como é administrar a pobreza na cidade de São Paulo, coração econômico do país. Mais que a autenticidade do relato de quem vem de baixo, ela denuncia a humilhação cotidiana sofrida pelos mais pobres e como funciona o *ethos* da favela, que mantém o ciclo de exploração e miséria. Ela apresenta a diversidade da composição social da favela (donas de casa, prostitutas, operários, militares, nordestinos, ciganos); o abandono e assujeitamento das crianças ao mundo adulto (precocidade das relações de trabalho, amorosas, sexuais); o universo feminino em situação de miséria; a violência constante. Caracteriza a pobreza urbana (ausência de solidariedade entre os pobres; degradação moral), a economia da sucata, um sistema particular de trocas e favores entre moradores e pequenos comerciantes. Além disso, discute o plano político mostrando o oportunismo eleitoral e a dinâmica de interesses que acontecem na favela. Há forte presença de igrejas e outras organizações oferecendo apoio em troca de adesão à fé ou ideologia. Apesar da dependência do Estado ser grande, sua presença é tímida, precária e violenta. Essa soma de elementos inaugura um novo par da contradição brasileira no contexto da urbanidade paulistana: *Quarto de Despejo & Sala de Visitas*. Alcinchado pela própria autora, esses extremos representam também uma novidade de perspectiva, pois são formulados por quem vive às margens da opulência. A partir deles é possível ter uma visão abrangente do funcionamento das cidades brasileiras baseado na desigualdade herdada do sistema colonial. Em grande medida, percebe-se que a atribuição de valor canônico depende de aspectos fortemente ligados aos ideais da elite econômica, intelectual e política. Como não há interesse em superar esse modelo, os diários de Carolina aparecem para a Crítica Literária de forma particular, mas ela diz respeito a uma massa trabalhadora muito expressiva que é a base do trabalho nas grandes cidades. Sua descrição se choca frontalmente

¹ O presente texto é uma adaptação do projeto de pesquisa que o autor desenvolve em seu mestrado, apresentado aqui de forma completa. Outra adaptação do texto do projeto, com ênfase na escrita, foi apresentada em comunicação do *II Congresso Línguas, Culturas e Literaturas em Diálogo: vozes silenciadas*, ocorrido em Brasília em agosto de 2018.

² Mestrando em Teoria e História Literária (Unicamp). Contato: mauriciogabriel.br@gmail.com.

com as interpretações consagradas sobre o Brasil e evoca, ao mesmo tempo, a necessidade de questionar o discurso oficial e buscar novos referenciais para essa autora e essa obra, visto que o existente não é suficiente para explicá-la.

Palavras-chave: Carolina de Jesus; Literatura; Pensamento Social.

Discutir literatura é sempre um exercício fértil, pois não se trata de analisar apenas o que dizem as letras, mas o mundo da qual elas tratam. Apesar de não ter uma definição exata, trata-se de mobilizar elementos que constituem a sociedade, a história, a política e a cultura de um povo, seus enquadramentos, movimentos e complexidades.

Por esse motivo fazer literatura não é um gesto autônomo ao mundo como geralmente se pensa. Pelo contrário, toda obra está inscrita em determinado contexto, bem como suas escritoras e escritores, dessa forma qualquer pessoa que se propõe ao fazer literário está fadada a ter vida e obra analisadas segundo a posição que ocupa nele. Isoladamente isso não representa risco nenhum por si só, contudo, em um país como o Brasil onde a desigualdade é extrema e se apresenta em todas as esferas da vida social, tais posições significam um fator decisivo para o status canônico.

Conhecidos esses fatos, é crescente a preocupação sobre como o cânone se comporta e se posiciona em relação aos conflitos no meio literário, transformando-o em objeto de questionamento e não apenas o espaço onde acontecem as disputas.

Muito disso está expresso nas discussões acerca da vida e obra de Carolina de Jesus. O argumento público de que o problema de seu texto é a norma gramatical esconde o fato de que ele desobedece a forte tradição de vieses marcados por privilégios e grandes interesses.

Pode-se perceber que, embora vista com isenção, a Literatura, como instituição, também está envolvida ideologicamente nas contradições que a estruturam, portanto, não está isenta de reproduzir o abismo social do país. Logo, discutir a relação entre literatura e pensamento social é essencial para revelar novas cores e contrastes.

Um ponto decisivo ao mergulhar nos grandes debates do pensamento social é observar as marcas ainda muito fortes de relações colonialistas, externa e internamente. Pode-se se dizer que o pensamento oficial brasileiro carrega consigo a tentativa de

acompanhar o pensamento europeu mais avançado enquanto mantém intocadas fórmulas atrasadas de produção e reprodução econômica e social.

No que diz respeito a tal descompasso, Schwartz oferece uma contribuição muito importante em seu ensaio “as ideias fora do lugar”. Inicialmente ele afirma ser a diferença fundamental entre as duas realidades, europeia e brasileira, o fato de a primeira utilizar trabalho livre e a outra, trabalho escravo.

Aparentemente essa dicotomia destinaria ao fracasso qualquer conhecimento que buscasse explicar o funcionamento da economia pela mesma matriz, uma vez que afirmar uma seria refutar a outra, porém o desenvolvimento do pensamento brasileiro conseguiu conciliar os principais segmentos da população num tipo de relação onde o que os europeus chamariam de colonial o Brasil consideraria como singular.

Isso se deve ao fato de a sociedade criada pela colonização ter resultado não apenas em senhores e escravos, mas de pessoas que dependiam do favor dos proprietários para assegurar sua sobrevivência:

A colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o homem livre, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários seu acesso à vida e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. (SCHWARTZ, 1992, p.153)

Essa particularidade constituiu um ponto de inflexão onde o favor se converteu em organizador do pensamento brasileiro, servindo de modelo para a produção intelectual.

O favor é a nossa mediação quase universal e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção. (SCHWARTZ, 1992, p. 154, grifo do autor)

Somente ganhariam status de abrangência e relevância os trabalhos que conseguissem forjar uma espécie de contrato social baseado no favor. Legitimado pelas instituições, esse mecanismo adquiriu ao longo do tempo prestígio suficiente para

influenciar o imaginário do país, naturalizando o alto nível de exploração do trabalho à luz de rótulos mais aceitáveis de civilidade.

O favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa (...). Lastreado pelo infinito de dureza e degradação que esconjurava, ou seja, a escravidão, de que as duas partes beneficiam e timbram em se diferenciar este reconhecimento é de uma convivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho, da razão. (SCHWARTZ, 1992, p. 156-157)

Assim, a elite econômica do país, beneficiária direta dessa falsificação da realidade, mantém a sociedade domesticada aos seus interesses e garante que nem fora nem dentro haja mudanças significativas que ameacem esse poder. Além disso, colateralmente, retira a realidade como suporte de comprovação das ideias, instituindo a conveniência como parâmetro de legitimação.

O desejo de transformação que surge a partir desse exame profundo aponta para a necessidade de descolonizar o pensamento, rompendo com a tradição de tentar agradar o olhar externo – ou o que se imagina ser esse olhar – e suas métricas e tendo a realidade como parâmetro.

A principal obra a ser considerada como exemplo dessa dinâmica é “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre, que cumpriu uma lacuna histórica no pensamento social brasileiro a respeito da colonização, do encontro das três raças e do mito da democracia racial resultante das interações sociais desses grupos.

Nela Freyre teoriza sobre a configuração do país aludindo à formação dos Estados Modernos europeus em uma versão adaptada aos trópicos e fixa um mito de origem palatável ao olhar estrangeiro, conveniente à elite e sólido no imaginário social.

Essa interpretação foi impulsionada pelas mudanças econômicas ocorridas no início do século XX, onde a economia estava começando a se modernizar e exigia uma nova ideologia para basear novas formas de trabalho.

A partir do momento em que a reprodução ampliada da força de trabalho se territorializa (...), o discurso ideológico não pode mais evoluir intramuros no estreito espaço do poder. Doravante era preciso uma "linha de massa", uma ideologia que encobrisse o sentido e a

orientação do cotidiano, que justificasse as relações complexas unindo dominantes e dominados. Nacionalismo e patriarcalismo fornecerão o esteio ideológico da nova fase do mercado de trabalho brasileiro. A emergência de uma administração federal reforçada, o trabalhismo, o populismo varguista eficazmente propulsado pelo rádio (pela primeira vez todo o povo brasileiro ouve a "voz do dono") veiculam o nacionalismo. Casa-Grande e Senzala fornecerá a teoria e a prática do patriarcalismo brasileiro. (ALENCASTRO, 1987, p. 20)

Logo no início do texto, a narrativa freireana atribui ao hibridismo cultural dos portugueses, devido a sua posição geográfica, a fonte primária das formas de colonização empregadas no colonialismo brasileiro.

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. (FREYRE, 1933/2004, p. 66)

Tendo isto como ponto de partida, o autor desenvolve uma tese em que o uso da força vai sendo disfarçado como arranjos e trocas culturais. O resultado será uma conciliação de raças e a instituição de uma dinâmica pautada na contradição fundamental entre Casa Grande & Senzala, onde destruir esse par significaria destruir a vantagem do país, o hibridismo, diante dos demais. Pelo caráter de abrangência do texto, ele alcança prestígio no Brasil e em Portugal.

Descrevendo as relações entre senhores e escravos, Freyre faz total abstração dos fluxos comerciais que atravessavam as fazendas. O tráfico de escravos desaparece no topo da estrutura enquanto as variações da demanda de produtos agrícolas somem da base. (...) Freyre transforma "essa espécie de tribo patriarcal isolada do mundo" em tribo transoceânica, válida não só para o Brasil inteiro, como também para o império lusitano. (ALENCASTRO, 1987, p. 20-21)

Por fim, é preciso dizer que essa interpretação do Brasil tem o status de oficialidade exatamente por seu caráter de inércia social, que mais justifica a falta de mudanças que aponta para a superação desse modo de pensar, ser e agir herdado do modelo colonialista.

Isso se torna mais sintomático se confrontado com "Quarto de Despejo", de Carolina de Jesus. Trata-se de um *livro-diário* que mistura a vida e a obra da escritora, que morava em uma favela paulistana, tinha pouca escolarização, trabalhava como catadora de sucata, era mãe de três filhos e os criava sozinha numa luta diária contra a

fome. Contrariando as expectativas em relação a sua condição de vida, tinha por hábito escrever sempre que podia e sua produção abrange diversos tipos de texto como poemas, contos e novelas, porém a notoriedade veio com a publicação do diário, cujo propósito era registrar suas memórias de forma a colecionar material para um romance sobre a favela.

É inquestionável o valor da obra “Quarto de Despejo” para os debates acerca de papel e situação das mulheres negras no Brasil e como patrimônio da literatura negra brasileira. Contudo, a obra ultrapassa o enquadramento como periférico e marginal que a crítica geralmente atribui trazendo contornos mais gerais que servem para interpretar e compreender a realidade brasileira.

Na sua narrativa ela mostra como é administrar a pobreza na cidade de São Paulo, coração econômico do país. Mais que a autenticidade do relato de quem vem de baixo, ela denuncia a humilhação cotidiana sofrida pelos mais pobres e como funciona o ethos da favela, que mantém o ciclo de exploração e miséria.

Ela apresenta a diversidade da composição social da favela (donas de casa, prostitutas, operários, militares, nordestinos, ciganos); o abandono e assujeitamento das crianças ao mundo adulto (precocidade das relações de trabalho, amorosas, sexuais); o universo feminino em situação de miséria; a violência constante.

Caracteriza a pobreza urbana (ausência de solidariedade entre os pobres; degradação moral), a economia da sucata, um sistema particular de trocas e favores entre moradores e pequenos comerciantes.

Além disso, discute o plano político mostrando o oportunismo eleitoral e a dinâmica de interesses que acontecem na favela. Há forte presença de igrejas e outras organizações oferecendo apoio em troca de adesão à fé ou ideologia. Apesar da dependência do Estado ser grande, sua presença é tímida, precária e violenta.

No que se refere aos debates globais sobre as cidades brasileiras, a obra oferece valiosa contribuição para pensar a desigualdade espacial nos grandes centros com métricas mais adequadas à realidade brasileira que as nomenclaturas europeias utilizadas para discutir o assunto.

[A] dialética entre controle e invenção pode também ser verificada nas novas áreas de fronteira do Brasil moderno, estejam elas nas pequenas cidades do interior dinamizadas pela expansão das fronteiras agrícolas ou nas periferias urbanas das grandes metrópoles nacionais. Isso porque a combinação entre violência, predação do espaço, informalidade e novas formas de habitação – cenário típico desses territórios – não pode mais ser descrita apenas por meio da tradicional divisão entre “urbano” e “rural”. (MAIA, 2013, p.92)

Enfim, essa soma de elementos inaugura um novo par da contradição brasileira no contexto da urbanidade paulistana: Quarto de Despejo & Sala de Visitas. Alcunhado pela própria autora, esses extremos representam também uma novidade de perspectiva, pois são formulados por quem vive às margens da opulência. A partir deles é possível verificar como as cidades brasileiras foram montadas com o sistema de desigualdade mantido. Não é por menos que provocou e ainda provoca tanto desconforto.

O cenário da favela mostrado pelo diário destoava da imagem de prosperidade anunciada pela propaganda oficial e pelo discurso hegemônico brasileiro do final da década de 1950, denunciando uma situação de precariedade que incomodava aos que desejavam transmitir uma ideia de progresso alcançado. Rapidamente, então, o poder público tomou pra si o dever de apagar todos os vestígios que comprovassem a veracidade dos escritos de Carolina. (PERES, 2016, p.90)

“Quarto de Despejo” também viabiliza um caminho necessário para explicar a trajetória referenciada no Atlântico, ignorada pelas interpretações oficiais, na medida em que é uma literatura com fortes traços da mentalidade da travessia descrita anteriormente.

A consciência dessa barreira [de trabalhar com literatura] e a capacidade de não desistir, tentando sempre ultrapassá-la, é um dos fatores que aproxima a escritora de forma contundente da história das diásporas africanas nas Américas. Carolina trazia consigo elementos culturais que estavam em circulação no mundo atlântico, como a religiosidade e a ética afro-mineira de origem Banto e a busca da recriação estética da vida, que trouxesse um equilíbrio visto como necessário. O confronto desses elementos culturais com novas experiências de deslocamento e migração impulsionou o exercício artístico e propiciou a criação de uma escrita em movimento. (PERES, 2016, p.95)

Assim, ela se filia a um percurso histórico diferenciado dos autores consagrados como Gilberto Freyre, fixando-se como uma escritora da diáspora africana.

O conjunto literário da autora, em grande parte ainda inédito, tem incentivado pesquisas sobre a vida e a obra de Carolina Maria de Jesus em diversas áreas das Humanidades e muito pode mostrar, quando inserido no contexto histórico e numa perspectiva interdisciplinar, sobre como a experiência do deslocamento espacial e cultural manifestou-se na composição de uma forma singular de expressividade artística: uma escrita feminina de diáspora. (PERES, p 96)

Internamente, seu relato também desmonta a farsa na qual se apoia o discurso oficial, abrindo caminho para um pensamento social pautado na realidade e cujo destino é a transformação estrutural. A melhor forma de demonstrar isso é conferir um trecho do diário relativo à escravidão:

13 DE MAIO. Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o Dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. (JESUS, 1960, p. 27)

Nele a autora comemora a Abolição e transmite intensa felicidade por não ser uma mulher escravizada. Ela prossegue narrando o dia de trabalho para conseguir dinheiro e comida e conclui:

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 1960, p. 27)

A contradição posta entre iniciar comemorando a liberdade e terminar afirmando haver outras correntes não é um equívoco textual tampouco um recurso estilístico. Significa que o discurso da conciliação é apenas discurso, pois a escravidão tem reflexo direto na desigualdade que ela vive naquele momento. Também representa uma filiação ao lugar social que ocupa na interpretação oficial, ligado ao Quarto de Despejo.

Como dito no início deste texto, a Literatura não está isenta de reproduzir a contradição brasileira e, de fato, verifica-se uma diferença decisiva entre a recepção e análise desses autores e seus respectivos textos. Em grande medida, percebe-se que a atribuição de valor depende de aspectos muito fortemente ligados aos interesses da elite econômica, intelectual e política.

Percebem-se dois movimentos: Freyre é alçado como grande intelectual do país e sua obra generalizada, ainda que seja tão enviesada, enquanto Carolina é desprezada e sua obra particularizada, mesmo sendo mais condizente ao retrato social. Logo, a

primeira interpretação permanece incorporada no imaginário oficial sem contraponto que a desestabilize.

Tais obras, em oposição, descrevem e encenam a divisão e a contradição da desigualdade brasileira no âmbito da literatura, da intelectualidade. Gilberto Freyre, um homem branco e rico, administra a riqueza no topo da pirâmide social; faz a literatura da Casa Grande. Carolina de Jesus, uma mulher negra e pobre, administra a pobreza na base da pirâmide social; faz a literatura do Quarto de Despejo. O que se percebe é que a Literatura decide-se por valorizar quem já tem poder.

A narrativa de Carolina pode parecer a essa crítica muito particular, mas ela diz respeito a uma massa trabalhadora muito expressiva que é a base do trabalho nas grandes cidades. Sua descrição se choca frontalmente com as grandes interpretações sobre o Brasil e institui um novo par da contradição brasileira: Quarto de Despejo & Sala de Visitas. O fato de a visão desse Brasil urbano ser dado por quem está na base de exploração dessa sociedade evoca, ao mesmo tempo, a necessidade de questionar a interpretação oficial e buscar novos referenciais para essa autora e essa obra, visto que o existente não é suficiente para explicá-la.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **A Pré-Revolução de 30**. Novos Estudos Cebrap N° 18 (1987), p. 17-21.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. 4ª. ed. São Paulo, SP. Círculo do Livro, 1960.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 29ª ed. Recife, PE. Global, 2004.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica**. Tempo Social, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 79-97, nov. 2013.

PERES, Elena Pajaro. **Carolina Maria de Jesus: insubordinação e ética numa literatura feminina de diáspora**. In: Assis, Maria Elisabete Arruda de; Santos, Taís Valente dos. (Org.). Memória Feminina: mulheres na história, história de mulheres. 1ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2016, p. 89-97.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. In Ao vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5ª ed. São Paulo, SP. Duas Cidades, 2000.